



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 555/2012

Declara de Utilidade Pública a
Federação de Futevôlei do Estado do
Paraná.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Federação de Futevôlei do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Cascavel.

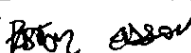
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


Alex Curi


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 94/2013

Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa das Nações, realizada anualmente dia 11 de outubro, no Município de Cambé.

Art. 1º Fica inserida no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa das Nações, realizada anualmente dia 11 de outubro, no Município de Cambé.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator Pastor *edson*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 110/2013

Declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Caminho da Vida, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Caminho da vida, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente





Relator *Rodon* *es*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 312/2013

Declara de Utilidade Pública a
Associação Esportiva Montreal –
A. E. Montreal, com sede e foro
no Município de Curitiba.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Esportiva Montreal – A. E. Montreal, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


2013


2013


Relator Pastor 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 360/2013

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Campo Largo.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Município de Campo Largo, do imóvel denominado “Moinho do Mate”, com área superficial de 302.481,00 m², descrito nas Matrículas nºs 9.455 e 20.661, registradas no Cartório de Registro da Comarca de Imóveis de Campo Largo.


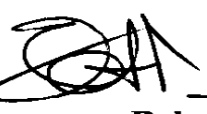
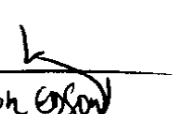
Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado para desenvolvimento de atividades culturais e turísticas, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º A presente cessão terá vigência de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente




Relator *Dep. Páolin (PSB)*

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 18/2013

Súmula: Altera a remuneração da carreira de Procurador do Estado para a forma de subsídio e dá outras providências.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Os cargos de provimento em comissão de que tratam os arts. 16 e 17 da Lei nº 16.840, de 18 de junho de 2011 e o cargo de que trata o inciso III do art. 6º da Lei nº 17.522, de 15 de março de 2013, relativos as atividades de direção, chefia e assessoramento no âmbito da Procuradoria Geral do Estado – PGE, ficam transformados nas funções específicas abaixo, que passam a ser remuneradas de forma reduzida, nos termos desta Lei:

- I – Corregedor-Geral da Procuradoria Geral do Estado;
- II – Subprocurador-Geral para Assuntos Institucionais;
- III – Subprocurador-Geral para Assuntos Jurídicos;
- IV – Procuradores-Chefe perante os Tribunais Superiores;
- V – Procuradores-Chefe de Procuradoria Especializada;
- VI – Procuradores-Chefe de Coordenadoria;
- VII – Procuradores-Chefe de Procuradoria Regional;
- VIII – Procuradores-Chefe de Núcleo Jurídico da Administração;
- IX – Procuradores-Assessor do Gabinete do Procurador-Geral;
- X – Procurador-Tesoureiro do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado;
- XI – Procuradores-Conselheiros do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

§ 1º Os ocupantes das funções serão designados pelo Procurador-Geral do Estado, observada a estrutura organizacional da PGE.

§ 2º A função de Corregedor-Geral da PGE será exercida por Procurador do Estado ocupante de uma das duas classes mais elevadas da carreira, com, no mínimo, 10 (dez) anos de efetivo exercício na carreira, dentre os integrantes de lista triplíce a ser elaborada pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, para um mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.

§ 3º As atribuições das funções previstas nos incisos II e III deste artigo dar-se-ão por delegação do Procurador-Geral do Estado, mediante ato específico.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 2º Fica instituída, conforme exigido pelo art. 135 da Constituição da República, a remuneração na forma de subsídio para os integrantes da carreira típica de Estado, de Procurador do Estado do Paraná, vedado o acréscimo de quaisquer outras verbas salvo as estabelecidas no artigo 3º desta Lei.

Parágrafo único. Estão compreendidas no regime de subsídio, e por ele extintas, as seguintes verbas do regime remuneratório anterior:

- I – vencimento básico;
- II – adicional por tempo de serviço anterior à Emenda Constitucional nº 19;
- III – adicional por tempo de serviço;
- IV – gratificação de representação;
- V – gratificação de prêmio de produtividade;
- VI – vantagem pessoal;
- VII – gratificação fixa cargo de provimento em comissão;
- VIII – gratificação prevista no Decreto nº 3.105/1997;
- IX – representação de gabinete DAS;
- X – gratificação de representação tipo II;
- XI – gratificação prevista na Lei nº 7.074/1979;
- XII – diferença de vencimentos Ministério Público-Tribunal de Contas;
- XIII – diferença de remuneração da Lei nº 14.554/2004;
- XIV – função gratificada incorporada à proventos de aposentadoria e pensões.

Art. 3º O subsídio instituído por esta Lei não exclui o direito à percepção das seguintes verbas:

- I – décimo terceiro salário, na forma do inciso IV do art. 34 da Constituição Estadual;
- II – férias, na forma do inciso X do art. 34 da Constituição Estadual;
- III – diárias, na forma da legislação em vigor;
- IV – retribuição pelo exercício das funções previstas no art. 1º desta Lei;
- V – ajuda de custo por remoção, de ofício ou a pedido, na forma da legislação em vigor;
- VI – substituições, nos casos de afastamentos legais dos titulares das funções;
- VII – abono permanência;
- VIII – indenização pela utilização de veículo particular no exercício do cargo público;
- IX – diferença de subsídio, na forma do art. 10 desta Lei;
- X – ajuda de custo pelo exercício permanente das funções fora dos limites do Estado do Paraná;
- XI – demais verbas de caráter indenizatório.

§ 1º A verba prevista no inciso IV deste artigo será paga nos seguintes percentuais:



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

a) 7,5% (sete e meio por cento) do maior subsídio da carreira de Procurador do Estado aos Procuradores do Estado que exercerem as funções de Corregedor-Geral e Subprocuradores-Gerais;

b) 7% (sete por cento) do maior subsídio da carreira de Procurador do Estado aos Procuradores do Estado que exercerem as funções previstas nos incisos IV a X do art. 1º desta Lei.

§ 2º A verba prevista no inciso XI do art. 1º desta Lei será de 3,5% (três e meio por cento) do maior subsídio da carreira de Procurador do Estado.

§ 3º As verbas previstas neste artigo ainda não regulamentadas serão objeto de decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º O subsídio devido ao Procurador-Geral do Estado do Paraná, quando integrante da carreira de Procurador do Estado do Paraná equivale ao maior subsídio da carreira, acrescido de retribuição de direção superior equivalente a 8% (oito por cento) do respectivo subsídio.

Parágrafo único. O Diretor-Geral e o Chefe de Gabinete da PGE, quando integrantes da carreira de Procurador do Estado do Paraná, receberão a verba prevista no § 1º, alínea “a”, do art. 3º desta Lei.

Art. 5º Fica extinto o pagamento de prêmio de produtividade aos Procuradores do Estado, passando o art. 2º da Lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003, a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná tem por finalidade suprir de forma suplementar a Procuradoria Geral do Estado com os recursos financeiros necessários para cumprir a sua política institucional, e, em especial, fomentar a arrecadação da dívida ativa, a capacitação de Procuradores do Estado e demais servidores lotados na Procuradoria Geral do Estado, promover ressarcimentos e indenizações, com as seguintes despesas:

I – de custeio, tais como material de consumo, serviços de terceiros, diárias, passagens, despesas com locomoção, entre outras;

II – de capital, tais como investimento em obras públicas, equipamentos e instalações, material permanente, inversões financeiras, entre outras.

Parágrafo único. O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado poderá aplicar em despesas de custeio até 70% (setenta por cento) dos recursos



arrecadados.”

Art. 6º O art. 8º da Lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná será dotado de autonomia de gestão e escrituração contábil própria, sendo seu Presidente o representante legal, e o Tesoureiro o ordenador das despesas.”

Art. 7º Os valores dos subsídios dos integrantes da carreira de Procurador do Estado são aqueles previstos nas tabelas I, II e III do Anexo desta Lei, respectivamente para os anos de 2013, 2014 e 2015.

Parágrafo único. As tabelas II e III serão implantadas no dia 01 de maio do respectivo ano.

Art. 8º Até que sejam implantados os valores do subsídio referentes a 2015, o subsídio do Procurador do Estado será estruturado em 6 (seis) referências para cada classe conforme tabelas I e II do Anexo desta Lei.

§ 1º O Procurador do Estado fará jus ao subsídio correspondente à sua classe e referência, obedecendo a seguinte regra:

I – na referência “A”, os Procuradores do Estado com menos de cinco anos de serviço público efetivo prestado ao Estado do Paraná;

II – cada referência seguinte corresponde a 5 (cinco) anos de serviço público prestado ao Estado do Paraná, limitados à referência “F”.

§ 2º O enquadramento dos Procuradores do Estado ativos será realizado pelo Grupo de Recursos Humanos Setorial da PGE.

§ 3º O enquadramento dos Procuradores do Estado inativos e pensionistas será realizado pelo ParanaPrevidência, por intermédio de suas unidades administrativas competentes, respeitadas as respectivas regras de aposentação, inclusive quanto a proporcionalidade, na fixação de proventos ou pensões.

Art. 9º Somente a partir do exercício de 2016 o subsídio dos Procuradores do Estado será objeto de revisão geral anual concedida aos demais servidores estaduais.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

Parágrafo único. A recomposição dos valores dos subsídios e das verbas previstas nos §§ 1º e 2º do art. 3º e do art. 4º e seu parágrafo único desta Lei dar-se-á por meio de lei ordinária, observado como parâmetro o teto remuneratório previsto na Constituição da República.

Art. 10. É assegurado aos Procuradores do Estado o direito à percepção do valor correspondente à diferença entre o subsídio fixado por esta Lei e as verbas remuneratórias devidas aos mesmos no mês de agosto do corrente ano, excluídos cargos em comissão e cotas que não são pagas indistintamente a todos.

§ 1º A diferença de subsídio de que trata este artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem específico, e será gradativamente absorvida com a revisão dos valores dos subsídios.

§ 2º A parcela correspondente à diferença de subsídio não estará sujeita a reajustes ou a revisão geral anual.

Art. 11. As alterações decorrentes desta Lei são condicionadas ao atendimento da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual autorizado a realizar as movimentações orçamentárias e financeiras que se fizerem necessárias em razão da aplicação desta Lei.

Art. 13. Ficam Revogadas a Lei Complementar nº 51, de 15 de janeiro de 1990, o art. 52 da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, o art. 3º, inciso XVI, da Lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003, e demais disposições em contrário.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 04 de setembro de 2013.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

ANEXO DA LEI COMPLEMENTAR Nº

Tabela I

Classe/Referência	A	B	C	D	E	F
1	R\$ 22.400,56	R\$ 22.781,37	R\$ 23.168,66	R\$ 23.562,52	R\$ 23.963,09	R\$ 24.370,46
2	R\$ 21.333,87	R\$ 21.696,55	R\$ 22.065,39	R\$ 22.440,50	R\$ 22.821,99	R\$ 23.209,96
3	R\$ 20.317,97	R\$ 20.663,38	R\$ 21.014,66	R\$ 21.371,90	R\$ 21.735,23	R\$ 22.104,73
4	R\$ 19.350,45	R\$ 19.679,41	R\$ 20.013,96	R\$ 20.354,19	R\$ 20.700,22	R\$ 21.052,12
5	R\$ 18.429,00	R\$ 18.742,29	R\$ 19.060,91	R\$ 19.384,95	R\$ 19.714,49	R\$ 20.049,64

Tabela II

Classe/Referência	A	B	C	D	E	F
1	R\$ 24.249,35	R\$ 24.685,84	R\$ 25.130,18	R\$ 25.582,53	R\$ 26.043,01	R\$ 26.511,79
2	R\$ 23.094,62	R\$ 23.510,32	R\$ 23.933,51	R\$ 24.364,31	R\$ 24.802,87	R\$ 25.249,32
3	R\$ 21.994,88	R\$ 22.390,78	R\$ 22.793,82	R\$ 23.204,11	R\$ 23.621,78	R\$ 24.046,97
4	R\$ 20.947,50	R\$ 21.324,56	R\$ 21.708,40	R\$ 22.099,15	R\$ 22.496,93	R\$ 22.901,88
5	R\$ 19.950,00	R\$ 20.309,10	R\$ 20.674,66	R\$ 21.046,81	R\$ 21.425,65	R\$ 21.811,31

Tabela III

Classe	Valor
1	R\$ 27.919,16
2	R\$ 26.523,20
3	R\$ 25.197,04
4	R\$ 23.937,19
5	R\$ 22.740,33



Curitiba, 04 de setembro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



I – À DAP para leitura no expediente .

II – À DL para providências.

Em, ____/____/____

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei Complementar que objetiva alterar a remuneração da carreira de Procurador do Estado para a forma de subsídio, conforme específica, assim como adotar outras providências.

A presente proposta tem início com a transformação de cargos de provimento em comissão da Procuradoria Geral do Estado – PGE em funções e altera a remuneração da carreira de Procurador do Estado para a forma de subsídio, sem redução de vencimento, cumprindo, assim, o mandamento previsto no art. 135 da Constituição Federal.

A alteração da forma como é proposta no Anteprojeto de Lei Complementar não aumenta as despesas com o pessoal do Executivo Estadual e deve ser realizada por etapas, com tabelas distintas para os anos de 2013, 2014 e 2015, como demonstrado no Anexo da presente proposta legislativa.

A transformação dos cargos de provimento em comissão em funções com remuneração reduzida, implica em sensível redução nas despesas de pessoal da PGE, observando, assim, as limitações previstas no parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal .

Como é cediço, a carreira de Procurador do Estado tem tratamento singular, assim como a dos membros que integram o Ministério Público, vez que prevista no Capítulo IV da Constituição da República, que arrola as chamadas Funções Essenciais à Justiça, e é regida pelo art. 132, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19 de 1998. Vejamos:

“Os procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.”

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 12.120.089-9



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

A Procuradoria Geral do Estado no cumprimento de seu mister constitucional exerce a sua função legal e constitucional no âmbito da Administração Pública e perante o Poder Judiciário por meio de suas unidades administrativas, de nível de execução programática, agrupadas em Procuradorias Especializadas, Procuradorias Regionais, Procuradoria perante os Tribunais Superiores, Coordenadorias e Núcleos Jurídicos da Administração, conforme Decreto nº 4.660/2012, além das estruturas de nível superior, de gerência e de assessoramento já previstas na Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987.

Além das funções mencionadas acima, o Anteprojeto busca aprimorar a instituição com três novas funções internas, de nível gerencial, como a de Corregedor-Geral - com atribuições de monitoramento, inspeção e correção das atividades funcionais e da conduta dos integrantes da carreira de Procurador do Estado no âmbito da PGE; as de Subprocurador-Geral para Assuntos Institucionais – com a atribuição de promover e cuidar exclusivamente do aperfeiçoamento institucional a partir da gestão integrada, do controle interno e da comunicação social da PGE; e o Subprocurador-Geral para Assuntos Jurídicos – com a atribuição de supervisionar o acompanhamento dos processos judiciais de especial interesse do Estado, realizar o planejamento jurídico e atuar no aprimoramento e gestão do suporte jurídico, suprimindo uma lacuna organizacional.

Outro objetivo do Anteprojeto é aperfeiçoar o regime jurídico da remuneração dos Procuradores do Estado do Paraná, que deixa de ser composto por diversas parcelas, tornando-se parcela única, sob a forma de subsídio, em cumprimento ao artigo 135 da Constituição da República, bem como ao artigo 125 da Constituição Estadual.

Para alcançar o disposto no artigo da Constituição Estadual, que estabelece a diferença de 5% (cinco por cento) entre as classes, respeitando a situação remuneratória atual, a implementação da remuneração dos Procuradores do Estado sob a forma de subsídio deverá se dar, como gizado alhures, em três etapas, abrangendo os exercícios de 2013, 2014 e 2015, que contam com tabelas específicas, tal como demonstrado no Anexo do presente Anteprojeto de Lei Complementar.

O Anteprojeto também contempla a retribuição pela assunção extraordinária das responsabilidades decorrentes de chefias das unidades de execução programática, bem como a atividade de assessoramento direto ao Procurador-Geral do Estado.

Harmonizando ambos os propósitos e visando à redução das despesas de custeio do Estado, a presente proposta gerará significativa economia de despesa com pessoal para os cofres públicos, já no exercício financeiro de 2013, com previsão similar para exercícios subseqüentes.



Tal economia decorre de pelo menos quatro fatores: a) transformação de 57 (cinquenta e sete) cargos de provimento em comissão, criados no âmbito da Procuradoria Geral do Estado pela via das Leis nºs 16.840, de 18 de junho de 2011 e 17.522, de 15 de março de 2013, em funções, reduzindo em mais de 60% (sessenta por cento) as despesas com esta natureza; b) estabelecimento de subsídio máximo pré-fixado, sem incidência de adicionais; c) unificação da remuneração, evitando distorções decorrentes da existência de múltiplas parcelas; d) colocação de freios no crescimento vegetativo da folha, em razão da extinção de adicionais por tempo de serviço ao fim do processo.

Com os valores constantes das tabelas remuneratórias para vigorarem em 2013, 2014 e 2015, haverá uma economia real e concreta para os cofres públicos. Considerando-se a revisão geral prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 5% (cinco por cento), somado ao crescimento vegetativo presumido de 2% (dois por cento) ao ano ter-se-á, com a aprovação desta proposta, uma economia aproximada de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para os cofres do Estado, até 2015.

Ao dar tratamento constitucionalmente adequado à remuneração dos integrantes da carreira de Procurador do Estado, mediante a instituição de subsídio, o presente Anteprojeto de Lei Complementar termina com o chamado prêmio de produtividade pago aos Procuradores, estabelecido pela Lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003, suportado por recursos do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado – FEPGE, permitindo que o Fundo seja utilizado para suplementar as receitas da Procuradoria Geral do Estado com relação a despesas de custeio e investimentos, desonerando o Tesouro Estadual de tais custos.

Por tal razão optou-se pela repartição das despesas do referido Fundo em até 70% (setenta por cento) para custeio, conforme o que já valia para os demais fundos especiais do Estado, de acordo com a Lei nº 11.962, de 19 de dezembro de 1997, de forma a manter as atividades operacionais da PGE.

Segue, em anexo, a redução mensal no valor do custo da folha de pagamento para os Procuradores do Estado até maio de 2015.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 18/2013

Projeto de Lei Complementar nº. 18/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 97/13

Súmula: Altera a remuneração da carreira de Procurador do Estado para a forma de subsídio e dá outras providências.

EMENTA: PROCURADOR DO ESTADO. TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS. REMUNERAÇÃO NA FORMA DE SUBSÍDIO. POSSIBILIDADE. ART. 65, 66 E 87 DA CE. COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. ART. 135 E 39, § 4º DA CF. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA ANEXA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo transformar cargos de provimento em comissão da Procuradoria Geral do Estado – PGE e alterar a remuneração da carreira de Procurador do Estado para a forma de subsídio, sem redução de vencimento.

VISTA EM 17/09/2013

Canto e Nereu

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

[Assinatura]

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Reitera-se que a alteração não acarreta aumento de despesas com o pessoal do Executivo Estadual e deve ser realizada por etapas, com tabelas distintas para os anos de 2013, 2014 e 2015, de acordo com o Anexo da presente proposta.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do **Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o **Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a **Constituição do Estado do Paraná**, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

A **Constituição do Estado do Paraná** estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Poder Executivo ou aumento de sua remuneração, bem como, o funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração; (grifo nosso)

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; (grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Ademais, verifica-se do Art. 135 da **Constituição da República** a previsão sobre a remuneração dos integrantes da Advocacia Pública e da Advocacia e Defensoria Pública, conforme adiante transcrito:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4º.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Assim, cumpre ressaltar o Art. 39, § 4º da **Constituição da República**:

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide ADIN nº 2.135-4)

(...)

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Ademais, importante observar que o Projeto de Lei Complementar prevê as alterações de forma gradativa, conforme demonstrado através das tabelas anexas, para os anos de 2013, 2014 e 2015, não ocasionando aumento de despesas, assim, em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, quanto à técnica legislativa, para que não haja óbice ao prosseguimento, bem como, para adequação ao disposto na Lei Complementar nº 95/98, tem-se que deve ser aprovado na forma da Emenda Aditiva apresentada neste momento.

Posto isto, sugere-se a **Emenda modificativa** em anexo, com fundamento no Art. 137, 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná:

“Art. 137 (...)

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.”

CONCLUSÃO

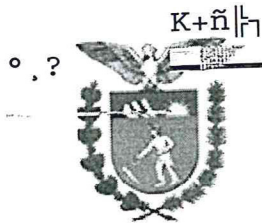
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da Emenda modificativa anexa, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 28

EMENDA MODIFICATIVA ao

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 18/2013

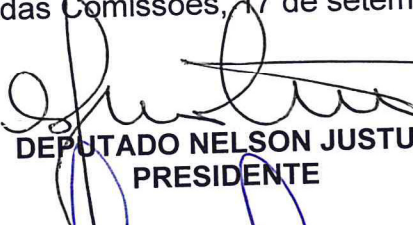
Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda modificativa para que sejam alterados o inciso IV do Art. 3º e Art. 13 que passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º ...

IV – retribuição pelo exercício das funções previstas no art. 1º desta Lei, **bem como, pelo exercício de funções de Direção, Chefia e assessoramento em outros órgãos da Administração Pública.**

Art. 13. Ficam revogadas a Lei Complementar n. 51, de 18 de janeiro de 1990, o art. 52 da Lei Complementar n. 26, de 30 de dezembro de 1985, **o inciso XVI do artigo 13º da Lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003.**

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 18/13

RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei Complementar em análise é oriundo do Poder Executivo Mensagem nº 097/2013 e altera a remuneração da carreira de Procurador do Estado para a forma de subsídios e dá outras providências.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável com Emenda.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que o Governador do Estado possui legitimidade para propor a presente matéria e ainda, vem atender ao exigido pelo art. 135 da Constituição da República.

Vale ressaltar que, o autor da proposta informa em sua justificativa que a economia com a aprovação do presente pleito, é decorrente de pelo menos quatros fatores, a saber: 1. transformação de 57 (cinquenta e sete) cargos de provimento em comissão, criados no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, mediante Leis, reduzindo em mais de 60% (sessenta por cento) as despesas com esta natureza; 2. estabelecimento de subsídio máximo pré-fixado, sem incidência de adicionais; 3. unificação da remuneração, evitando distorções decorrentes da existência de múltiplas parcelas; e, 4. colocação de freios no crescimento vegetativo da folha, em razão da extinção de adicionais por tempo de serviço ao fim do processo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Insta observar que, encontra-se anexo ao Projeto de Lei Complementar em questão, a declaração de adequação orçamentária e financeira, devidamente subscrita pelo ordenador de despesas, Senhor Julio Cesar Zem Cardozo, Procurador-Geral do Estado, informando que tem adequação com a Lei Orçamentária de 2013, com o Plano Plurianual 2012/2015 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e não causa impacto nos limites de gastos de pessoal estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000, em especial quanto aos artigos 16 e 17, porque gera redução de despesas, bem como condiciona os efeitos para os anos posteriores ao cumprimento de normas financeiras e orçamentárias.

Nesta mesma linha, existe o pronunciamento favorável a aprovação da matéria, consoante a Informação nº 074/13, chancelada pela Senhora Rosemary Escabio, Coordenadora da Administração Financeira do Estado e do Senhor Luiz Carlos Hauly, Secretário de Estado da Fazenda.

CONCLUSÃO

Assim sendo, esta Comissão de Finanças, manifesta-se pela Aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 18/13 em epígrafe.

É o parecer.

Sala das Comissões, 24/09/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO

RELATOR


DEP. WALACYR PUCLETTI


DEP. ELIO VERRI

DEP. JOSENILSON